



---

**URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**

---

**Neilor Paes**

neilor.paes@gmail.com | Universidade Federal da Bahia

**Érica de Sousa Checcucci**

erica\_checcucci@hotmail.com | Universidade Federal da Bahia

**A Evolução da forma urbana na Cidade de Goiás:**

Uma breve revisão histórica.

**The Urban shape evolution in the City of Goiás, Brazil:**

A brief history review.

**La evolución de la forma urbana en la Ciudad de Goiás, Brasil:**

Una breve revisión histórica.

**Resumo | Abstract | Resumen**

## 1. Introdução

A Cidade de Goiás (Vila Boa), antiga capital do estado homônimo, é tema de estudo e de valorização desde o início dos trabalhos do IPHAN<sup>1</sup>, o que remonta à década de 1940, quando dos primeiros tombamentos de conjuntos urbanos fora do Estado de Minas Gerais. Sua morfologia urbana é o aspecto mais valioso do Patrimônio ali estabelecido, e possui características autênticas constituídas ao longo de dois séculos (1729-1936), tendo sido reconhecido como Patrimônio Mundial em 2001 (UNESCO, 2001). Esse tecido urbano foi conformado em essência no período entre a fundação até meados do século XIX, sendo esse o intervalo mais relevante para a conformação da Cidade com unidade. Por essa razão, a análise temporal e espacial se restringe neste trabalho ao que foi consolidado nesse período.

O objetivo deste artigo é espacializar as principais fases na evolução urbana de Goiás pautadas nas características mais relevantes que perfazem sua morfologia, a partir das referências e documentação históricas. Ainda que haja estudos e interpretações sobre a história de Goiás que tratem do tema numa perspectiva histórica ou até mesmo da geografia, seu legado e suas manifestações culturais singulares, de fato a espacialização das fases urbanas no tecido da cidade não foi claramente encontrada na literatura, sob o viés das motivações e das intenções espaciais que a inspiraram e a consolidaram e como isso se estabeleceu no espaço, do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo. Tal clareza espacial é importante para subsidiar novos estudos sobre o entendimento das morfologias urbanas coloniais, auxiliar nas intervenções nos espaços de patrimônio e na sua preservação.

Como método foi utilizado um estudo de caso descritivo, partindo-se da produção encontrada na literatura sobre o tema e o

---

<sup>1</sup> O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nome atual), já teve várias nomenclaturas, sendo que a primeira era SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado em 1937. Neste trabalho será sempre referido como IPHAN.



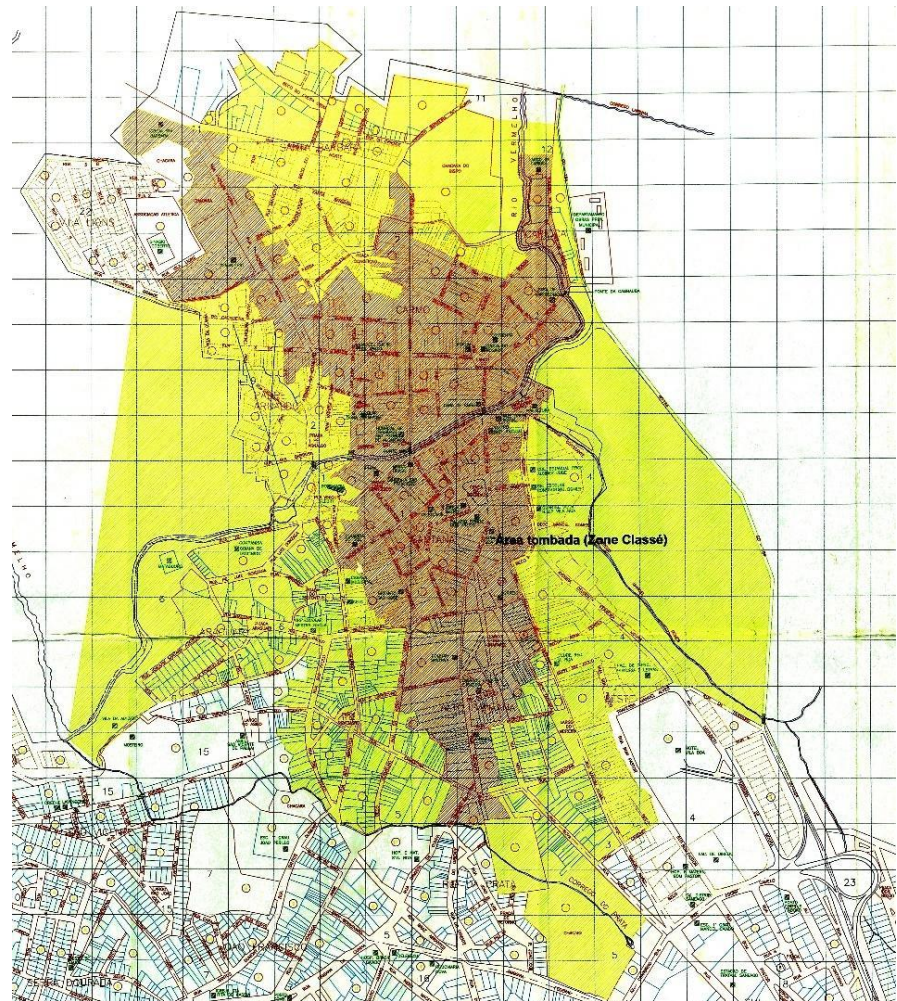
objeto. Este artigo é composto por esta introdução (Seção 1), uma apresentação das principais características e alguns exemplares do urbanismo português no Brasil colônia (Seção 2), o caso de Vila Boa (Goiás), sua fundação, suas características e evolução – Seção 3 –, a análise da forma urbana da cidade (Seção 4), e, por fim, sua Conclusão (Seção 5).

## **2. Ocupação portuguesa no Brasil**

Este trabalho faz uma análise da evolução da forma urbana do centro histórico da cidade de Goiás iniciando no século XVIII por ter sido quando surgiu o primeiro povoamento que, posteriormente, se transformou em arraial, vila e cidade, até meados do século XIX, quando o tecido urbano que se tornou reconhecido como patrimônio e já possuía quase a totalidade das características relevantes que permaneceram.

No séc. XXI o centro histórico da cidade de Goiás foi reconhecido como Patrimônio Mundial (UNESCO, 2001) e mantém a mesma conformação original com raras ampliações, pouco significantes no que diz respeito à zona de tombamento.

O conjunto conformado, Figura 1, tombado atualmente, é o registro histórico e artístico (estético) de um século de povoação e consolidação do território português no coração do continente: um plano sagaz e velocíssimo, que em pouco mais de 50 anos consolidou ao domínio português um território imenso, reconhecido internacionalmente pelo Tratado de Madri (1750).



**Figura 1 - Área tombada e zona tampão (entorno) (1999)**

Fonte: Autores, adaptado de IPHAN (2006, p. 329).

Foi em Vila Boa que o conjunto de fatores históricos e humanos se amalgamou, materializando-se na forma urbana, cujo produto consolidado e preservado detém os atributos que lhe conferem valor e testemunho. Cabe, assim, um olhar mais conjuntural sobre a dinâmica portuguesa de urbanização nos sertões de Goiás.

Reis Filho (2000a, p. 21), referindo-se às vilas e cidades coloniais no Brasil, pontua que “[...] apresentavam ruas de aspecto uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos

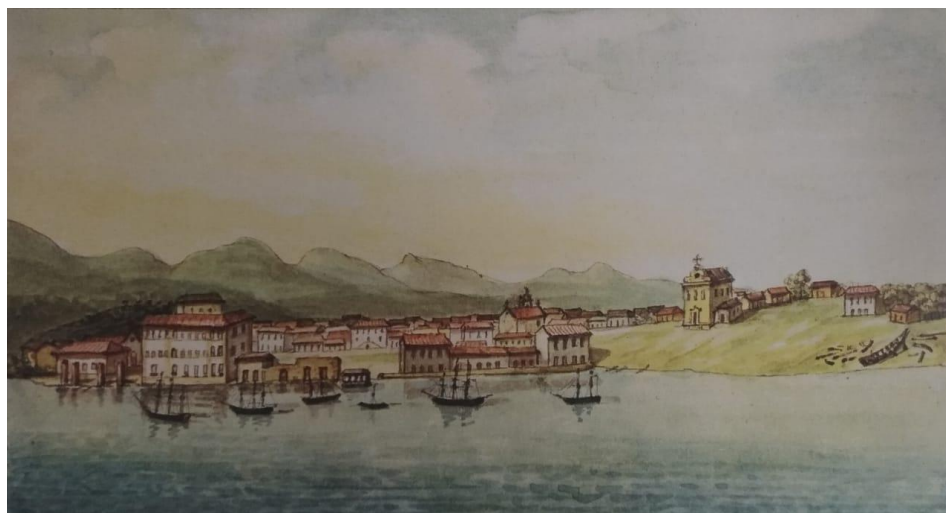
terrenos". O autor cita várias cidades, que no período colonial possuíam características muito similares, de norte a sul do país, sendo urbanas ou rurais, não havendo intermediárias.

No meio urbano não havia recuos, jardins ou afastamentos laterais (porém havia quintais, com raras exceções), e os meios de construção eram limitados pelas técnicas acessíveis e pela mão-de-obra escrava pouco qualificada. Desse modo, a monotonia e a ausência de verde eram comuns nas cidades e vilas, e a impressão de adensamento ocorria mesmo em vilas pequenas. Exemplos desse adensamento a despeito da escala das vilas podem ser percebidos em algumas pinturas de alguns viajantes e estudiosos (Figuras 2 a 8). Há, porém, que se considerar que se tratavam de vilas ou povoados.

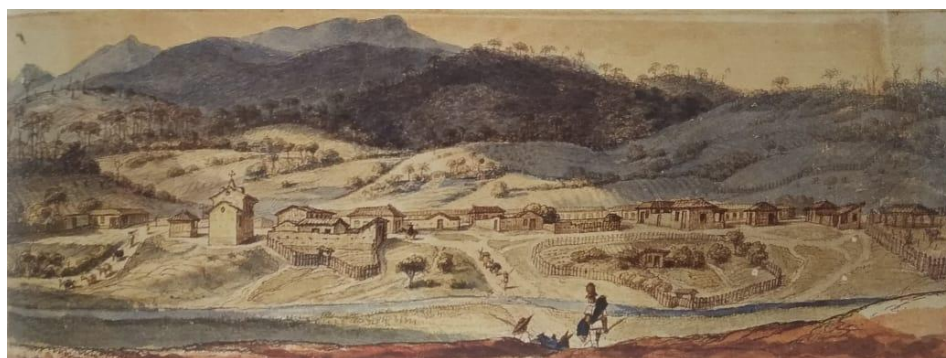


**Figura 2 - Gravura de Castro, PR [então Iapó], de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827**

Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 284).



**Figura 3 – Gravura de Paranaguá, PR<sup>2</sup>, de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827**  
Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 300).



**Figura 4 – Gravura de Taubaté, SP, de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827**  
Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 265).

<sup>2</sup> Na pintura de Debret consta a inscrição “Guaratuba” [aqui ela não aparece]. Bandeira (2013) aponta que estudiosos do IPHAN indicam que a caligrafia não é de Debret nas especificações dos locais em vários de seus registros, e, aqui, confirmam que se trata de Paranaguá, devido ao registro do Colégio dos Jesuítas [única edificação com três pavimentos no sul do Brasil colônia]. Os erros de inscrição, apontados pelo mesmo autor que constarem neste trabalho estarão indicados.

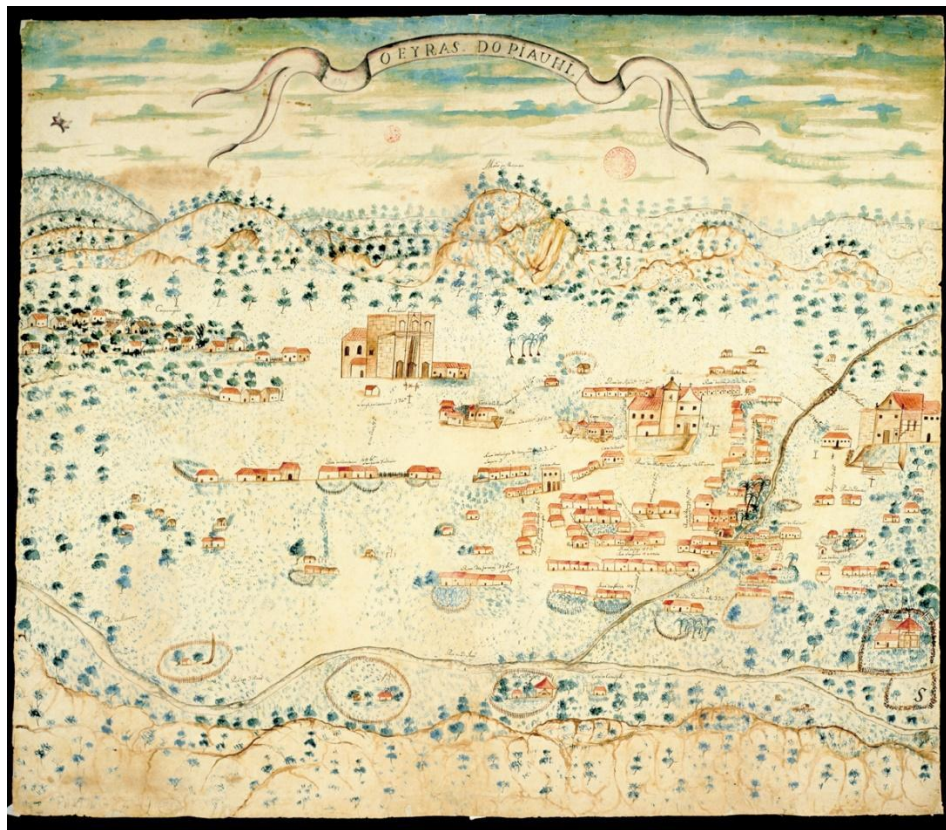


**Figura 5 – Gravuras de Mogi das Cruzes, SP, de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827**  
Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 265).



**Figura 6 – Belém, PA, circa 1800**

Fonte: Serviço Geográfico do Exército, Ignácio Antonio da Silva *apud* Reis (2000).



**Figura 7 – Oeiras, PI, (final do séc. XVIII)**

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa, autor não identificado *apud* Reis (2000).



**Figura 8 – “Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuiabá, MT (circa 1790)**

Fonte: Museu Botânico Bocage, Portugal, equipe de Alexandre Rodrigues Ferreira *apud* Reis (2000).

Esse foi o fruto de uma política de ocupação e de colonização do território que visava a imprimir um caráter português mesmo na paisagem urbana, como bem pontua Reis Filho (2000a, p. 24) [grifos nossos]:



A uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma **preocupação de caráter formal**, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma **aparência portuguesa**.

Reis Filho (2000a) não é o único a asseverar o caráter colonial de espírito medievo no Brasil. As próprias evidências de implantação das cidades demonstram uma preocupação portuguesa em conferir uma paisagem urbana, consoante à metrópole, manifesta nas vilas e cidades. As implantações de Porto Alegre, de Salvador, de Olinda, do Rio de Janeiro (Figuras 9 a 12), por exemplo, demonstram características comuns: o acesso rápido ao mar, através do porto natural, próximo de uma encosta ou de morros, que obviamente dificultariam uma expansão urbana acentuada ou a criação de uma grande cidade.



**Figura 9 – Gravuras de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827: Porto Alegre [indicado na pintura como Paranaguá]**

Fonte: [Bandeira \(2013, p. 308\)](#).



**Figura 10 – S. Salvador, Baya de todos los santos, circa 1624**

Fonte: Koninklijke Bibliotheek, Países Baixos, *apud* Reis (2000).



**Figura 11 – Istmo de Olinda e Recife, séc. XVII**

Fonte: Gillis Peeters *apud* Nascimento (2009, p. 220).



**Figura 12 – Vista geral da Vila do Rio de Janeiro, a partir da costa do mar** Fonte: (DEBRET, 1839, p. 112).

No entanto, as cidades cresceriam, como não era de se evitar, assumindo formas orgânicas, assentadas à topografia, replicando, dessa maneira, cidades medievais portuguesas, com ruas estreitas, em locais com declividade inadequada ao fácil acesso, porém de maior resistência à ocupação, de maior convívio social, forjando uma vida coletiva, que só e somente poderia ocorrer nas cidades ou vilas, sob o olhar das autoridades.

Ainda que numa primeira mirada o desenho orgânico das vilas coloniais, de aparência espontânea, assentado na topografia das Minas em Ouro Preto, Ouro Branco ou Sabará sugira uma falta de rigor ou de critério, ou, ainda pior, de planejamento urbano, esse pensamento não prospera na medida em que se aprofundam os entendimentos.

À medida em que, como aduz Reis Filho (2000a), a leitura do conjunto lote-rua-edificação é vista como única – conformando um todo composto sob regras claras, com características repetitivas, por vezes monótonas, porém inteligíveis, uniformizadoras e marcadoras do domínio português em suas colônias além-mar –, criando uma unidade, que é a intenção principal.

“Deve-se entender a lógica subjacente do tecido urbano” (informação verbal)<sup>3</sup> para que se possa compreender, avaliar e, depois, intervir sobre a forma urbana. Nessa toada, torna-se patente que o planejamento urbano português era austero, claro, e que teve como resultado a imposição de suas obstinadas intenções em toda a

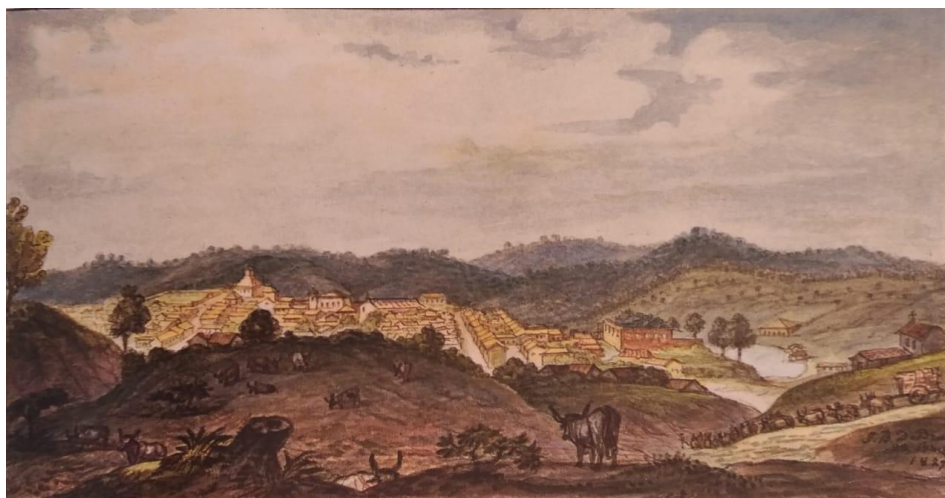
<sup>3</sup> Explicação dada pelo Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta durante a disciplina de História da Forma Urbana, do Doutorado Interinstitucional UFBA-UFG em Arquitetura e Urbanismo, 12 de agosto de 2019, Goiás/GO.

América Portuguesa. Exemplo disso são as pinturas de Debret (BANDEIRA, 2013) em sua viagem ao sul do Brasil (Figuras 13 a 17)<sup>4</sup>.



**Figura 13 – Gravuras de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827: paisagens de vilas em São Paulo e no Sul do Brasil: São Paulo**

Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 268).



**Figura 14 – Gravuras de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827: paisagens de vilas em São Paulo e no Sul do Brasil: Sorocaba, SP**

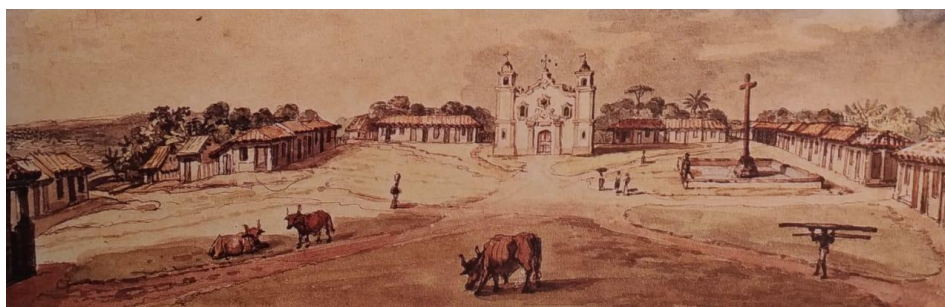
Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 273).

<sup>4</sup> Assim como exposto na Figura 3, as indicações de algumas localidades nas pinturas de Debret não correspondem à realidade, e foram aqui (Figuras 16 e 17) corrigidas, conforme pontua Bandeira (2013).



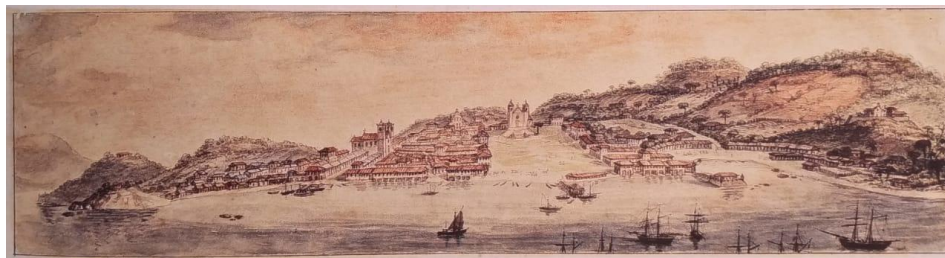
**Figura 15 – Gravuras de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827: paisagens de vilas em São Paulo e no Sul do Brasil: Curitiba [então Coritiba]**

Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 288).



**Figura 16 – Gravuras de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827: paisagens de vilas em São Paulo e no Sul do Brasil: Vila de Santo Amaro, Gastão Câmara, RS [indicada por N. Sra. Do Triunfo]**

Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 295).



**Figura 17 – Gravuras de Jean-Baptiste Debret em sua viagem ao sul do Brasil em 1827: paisagens de vilas em São Paulo e no Sul do Brasil: Florianópolis [então Desterro, e indicada como Laguna]**

Fonte: (BANDEIRA, 2013, p. 301).

Exemplo longínquo, distante mais de mil quilômetros do litoral, Goiás é a manifestação do urbanismo colonial português mais pujante no Cerrado brasileiro; com finalidade de ser vila mineira, sua origem foi a consolidação da tentativa e do sucesso bandeirante na procura por metais preciosos, que encontrou no Rio Vermelho uma das fontes para saciar seus anseios.

Uma dinâmica de ocupação do território e a notícia do Anhanguera – final do séc. XVII – de que encontrara ouro nas terras entre as Minas Gerais e a Vila de Cuiabá (BOAVENTURA, 2007, p. 30), implicou na demanda de fundação de arraiais como o único meio de se evitar os descaminhos do ouro extraído e de controlar os mineiros. Com efeito, a fundação do Arraial de Sant’Anna (1729) por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera II, filho), junto de outros arraiais, foi fundamental para a consolidação dessa estratégia.

Informado o Rei João V das potencialidades do território, ordenou ao Governador de São Paulo, Antônio Luís de Távora, o Conde de Sarzedas, que se dirigisse às Minas de Goiás para que encontrasse um local adequado à fundação duma vila, conforme consta em sua carta:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarver da quem e da lem mar em Africa Senhor de Guiné [...]. Faço saber a vos Conde de Sarzedas governador e Cappitania de São Paulo que Eu sou servido por resolução de 7 deste presente mês e anno em consulta do meu Conselho Ultramarino passeis às minas dos Goyazes e **nelas determinei citio mais a proposito para huma Villa e procureis que seja o que parecer mais saudável e com provimento de boa agoa e lenha perto de algum Arrayal que se ache já estabelecida** para que os moradores dele possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a Villa, **logo que determine y nella o lugar da praça no meyo da qual se levante o Pelourinho, e se assignale a area para edificio da Igreja** capaz de receber competente numero de fregueses ainda que a povoação se aumente, e que **faças delinear por linhas rectas a area para as cazas**

**com seus quintaes, se designe lugar para se edificarem a Caza da Camara e das audiencias e Cadeia, e mais oficinas publicas que todas devem ficar na area determinada que as cazas dos moradores, as quaes pelo exterior sejam todas no mesmo perfil** ainda que o interior as fará cada hum dos moradores à sua feição de sorte que **em todo o tempo se conserve a mesma formosura da terra, e a mesma largura das ruas e junto da Villa fique bastante terreno para logradouro publico**, e que nelle se poderem edificar novas cazas, **que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras, [...]** 1736 (Frei Simão Dorvi *apud* Boaventura, 2007, p. 218) [grifos nossos].

A morte súbita do Conde de Sarzedas em Meia-Ponte (atual Pirenópolis, GO) em 1736 implicou no adiamento da escolha do local de fundação da nova vila, que se realizou somente em 1739 pelo então Governador de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, o Conde D'Alva. Tanto o Conde de Sarzedas quanto o Conde D'Alva possuíam as diretrizes urbanas para a fundação da nova vila, regradas por Carta Régia (DELSON, 1997 [1979]), e a escolha se deu entre os arraiais de Meia-Ponte e de Sant'Anna (futura Vila Boa), tendo sido escolhido o último por ser um arraial de paulistas, ao contrário do primeiro, essencialmente de portugueses, além do fato de Vila Boa estar mais a oeste, característica importante na estratégia de ocupação além do meridiano de Tordesilhas.

Essa escolha sugere que a força dos bandeirantes em Goiás era muita, pois mesmo sendo o Conde D'Alva português e Governador, optou por Vila Boa, além do fato de que a localização, num nó de caminhos mais significativo, topografia mais adequada e um clima mais agradável em Meia-Ponte não foram suficientes para a sobrepujar nessa disputa.

O espírito de fundação de uma vila colonial portuguesa na América é, há muito, motivo de discussão e de divergência, havendo, grosso modo, dois principais entendimentos. O primeiro, mais difundido, a exemplo do que pontua Mindlin *apud* Delson (1997

[1979], p. 1), é o de que em comparação ao modelo colonial espanhol, quanto à forma urbana, o modelo português seria espontâneo, desordenado, desregrado, com ruas e travessas que se ramificavam e serpenteavam. Ou, num sentido mais explícito:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. **Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência**, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “**desleixo**” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...” (HOLANDA, 1995 [1936], p. 109) [grifo nosso].

O segundo entendimento, fruto de estudos mais aprofundados sobre as cartas régias, ou de uma interpretação que busca elementos mais sólidos que sustentem o sucesso na quantidade de vilas fundadas, sobre os planos e as influências sobre a então metrópole, entende que há uma lógica muito estruturada e intencional, na qual os principais elementos, com poucas exceções, são rigorosamente implantados dentro de um intento de criar uma ordem, segurança e formosura com características que conferissem nobreza e pujança às novas vilas e um acultramento português. Esta lógica, aplicada em diferentes cidades, serviria para se adequar não somente aos lugares distintos, mas também à organicidade necessária a uma vida urbana, que não é estanque e sistematizada, mas, dinâmica.

Ambos os entendimentos de planejamento ou de desenvolvimento urbano conteriam as virtudes de serem adaptáveis, maleáveis e flexíveis, quanto ao clima, à topografia e até mesmo às técnicas construtivas. Com efeito, a literatura a partir do final do século passado induz a concluir que o segundo entendimento é o mais enraizado e verdadeiro (DELSON, 1997 [1979]), sobretudo quando se trata das vilas fundadas a partir do séc. XVIII, e é em boa



parte a partir dele que se pode, hoje, empreender uma leitura sobre a forma urbana, neste caso, de Vila Boa (Goiás).

Delson (1997 [1979]) faz menção às leis de terras que a Coroa promulgou nos anos 1690, limitando o tamanho das sesmarias, impondo a obrigatoriedade do “cultivo útil”, de modo a enfraquecer os donatários de grandes áreas, e encorajar os futuros povoamentos, sobretudo das então descobertas minas dos sertões.

Problemas da mesma ordem, porém quanto à mineração, tentaram ser solucionados através da limitação da área que cada mineiro poderia explorar. Trapaças, subornos, intimidações fizeram essa prática não se sustentar (DELSON, 1997 [1979]). Além disso, o cenário de divulgação das novas riquezas da terra atraiu pessoas de todos os lugares, nordestinos (escravos e livres), paulistas – que descobriram as minas – e mesmo portugueses (reinóis). Muitos vagabundos e desordeiros se misturaram, e num quadro de eminente conflito, a solução da Coroa, à maneira jesuíta, foi “[...] renovar um edito para ‘reduzir<sup>5</sup> toda a gente que anda nas minas e povoaçoens” (Parecer do Conselho Ultramarino sobre o estado das minas, 17/07/1709 *apud* DELSON, 1997 [1979], p. 13).

De norte a sul do país, “[...] os portugueses estavam convencidos, com justa razão, de que a construção de tais municipalidades era o melhor meio de civilizar e promover o povoamento do agreste sertão” (Charles Boxer *apud* DELSON, 1997 [1979], p. 13), também para manter o controle sobre o escoamento do ouro. De fato, a partir dos arraiais e vilas – reduções – junto aos caminhos, foi estruturada uma rede urbana, com deslocamentos razoavelmente controlados.

A necessidade de reduzir as populações no sertão pouco denso fez com que a Coroa obrigasse a realização de censos, e

---

<sup>5</sup> O termo reduzir, do qual deriva redução(ões), etimologicamente vem do latim *reductio*, que significa 'ação de tornar a trazer, ação de recuar' (HOUAISS, 2009). Paim (2012, p. 306) aponta que segundo alguns historiadores “o termo está associado à ideia de ‘reconduzir’ o pagão ao caminho do cristianismo e da salvação”. Também cita que “chamamos reduções aos povos indígenas, que vivendo a sua antiga maneira em montes, serras e vales, em rios escondidos, em três, quatro ou seis casas isoladas, separados a léguas, dois, três e mais uns dos outros, os reduziu à diligência dos padres a grandes populações e a vida política e humana” (Montoya *apud* Paim, 2012, p. 306) [tradução nossa].

implantasse povoações com diretrizes aplicadas anteriormente ao interior do Nordeste. Foi na Capitania de Goiás que o modo de planificação urbana português para as colônias no séc. XVIII se entremeou ao modo de vida bandeirante, e em certa medida, anulou-o. Pois que, com a fixação dos bandeirantes no território, vivendo em reduções, arrefeceu com sua principal característica: as bandeiras<sup>6</sup>.

No ímpeto de fundar povoações no rico sertão, a Coroa determinou que as comunidades deveriam procurar sítios saudáveis, próximos de rios e de fontes de água boa, com terreno propício e a pouca distância das minas de ouro, potencialidades que, além de atender às demandas imediatas, permitiriam a evolução para uma ocupação permanente. Inicialmente não houve nenhum projeto urbano, somente diretrizes gerais para as cidades. Também havia pouca consulta à Coroa quando da execução de obras, e quando houve, as delongas nas respostas desencorajaram os outros a solicitá-las.

Importante é enxergar as fases dessa urbanização incipiente no séc. XVIII. Primeiramente, as expedições ao interior do Nordeste, com certa planificação da Coroa, e por habitantes do litoral da região – por exemplo, a vila de Icó, no Ceará (1738). Simultaneamente, contudo, ainda com uma cultura bandeirante de criação de povoados, como os arraiais fundados por bandeirantes nas Minas Gerais, que são alinhados aos caminhos, assentados na topografia, com o movimento sinuoso, atrelados aos pontos de mineração, praticamente sem o controle ou sob normas da Coroa.

Num segundo momento, os mesmos bandeirantes, sob a Coroa que tinha maior ciência da necessidade de ocupação e controle do território distante, no coração do continente, atendem

---

<sup>6</sup> Bandeira: cada uma de uma série de expedições, particulares ou oficiais, de penetração do território brasileiro na época colonial (sXVI a XVIII), que ger. partia da capitania de São Vicente (atual São Paulo SP) e tinha como objetivos fundamentais a captura de indígenas e a detecção de jazidas de pedras e metais preciosos [As bandeiras foram responsáveis pelo alargamento do território brasileiro, pois ger. não respeitavam os limites impostos pelo tratado de Tordesilhas.] Obs.: cf. entrada (HOUAISS, 2009).

em parte às medidas que orientaram a implantação dos povoados no Centro-Oeste. Ainda que se esteja falando de um período de poucas décadas, aproximadamente as quatro primeiras do séc. XVIII, as diferenças na incipiente urbanização são cabais. Em Vila Boa, Goiás, tem-se o maior exemplo dessa adaptação, ou melhor, evolução.

### 3. Criação e urbanização de Goiás

Em 1736 havia sido aberto um caminho entre Cuiabá e Goiás, o qual se ligava ao Rio de Janeiro, e que “[...] os portugueses receavam que se transformasse numa importante estrada de contrabando” (Ernâni Silva Bruno *apud* DELSON, 1997 [1979], p. 31). No mesmo ano o Conde de Sarzedas, partiu para as Minas de Goiás munido de cópias da legislação de planejamento urbano que o orientariam na criação eficiente de uma nova vila, no que registra (DELSON, 1997 [1979], p. 31) [grifos nossos]:

As ordens de 1736 requeriam a criação de uma comunidade **segundo o modelo retilíneo prescrito**. Elas diferiam das ordens para a fundação de Icó, do mesmo ano, apenas no destaque à **uniformidade das fachadas das edificações** [as de Goiás deveriam ser no mesmo estilo para criar harmonia] e na prescrição de que, num raio de seis léguas da vila, os habitantes só podiam receber meia légua quadrada de terra [uma légua equivaleria a cerca de 5000-6000m].

O arraial havia sido fundado às margens do Rio Vermelho e desde a elevação à Vila houve um intento em organizar a malha urbana de um modo mais geométrico e iluminista. A intenção, aparentemente, era de expandir a Vila com uma estética mais moderna, geométrica, racional, deslocando o eixo de desenvolvimento e expansão urbano para o entorno da Praça da Casa de Câmara e Cadeia (atual Praça Brasil Caiado), e

enfraquecendo a outra margem do Rio Vermelho, como aduz Coelho (1997, p. 96) [grifo nosso] sobre a existência do arraial, hoje nos locais do Largo da Matriz e no pequeno largo da Cruz do Anhanguera:

Com o intuito de separar a vila e seu desenvolvimento do núcleo preexistente do Arraial de Sant'Ana, ou mesmo de seguindo (sic) a ordem real, transferir a população do arraial para dentro dos limites da vila, foi ordenado por D. Luiz que, a partir de então, **só se construíssem novas residências do lado do núcleo relativo à jurisdição da Casa de Câmara e Cadeia e do pelourinho**. Entretanto, dez anos depois, em 1749, o ouvidor geral da capitania ainda ameaçava com os rigores da lei aquele que, desrespeitando as ordens, construísse residência do lado do Rosário. Tal ordem nunca foi obedecida, e mesmo o Conde dos Arcos, já em 1751, ao procurar casas para a residência oficial, vai comprá-las no antigo largo da Matriz, deixando o largo da Câmara e do pelourinho, que deveria ser o centro do poder, semi-abandonado, como sempre esteve até então [grifo nosso].

Já em 1748, o Rei D. João V anuncia a criação da Capitania de Goiás, nomeando Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, como primeiro governador e capitão-general. A Vila Boa se torna a Cidade de Vila Boa de Goiás: mais do que pelo seu porte populacional, é elevada pela sua importância estratégica e política.

Do período de fundação da Vila Boa (1739) até que os efeitos da era pombalina chegassem ao interior do Brasil, houve pouca alteração no tecido urbano ou nas construções da vila, apesar de ainda estar no auge do ciclo do ouro nas Minas de Goiás, e apesar de ter se tornado a Cidade de Vila Boa de Goiás. A Figura 18 ilustra uma vista panorâmica de Vila Boa em 1751, na qual, apesar das falhas de perspectiva, a sinuosidade das ruas e a marca das casas térreas geminadas foram buscadas pelo autor. O destaque é da Igreja da Matriz de Sant'Anna, ao fundo, no trecho de ocupação essencialmente bandeirante.



**Figura 18 – “Prospecto de Vila Boa tomada da parte Norte para o Sul”**

Fonte: Casa da Ínsua *apud* (VIEIRA JÚNIOR, 2015).

Somente em 1770, sob o espírito iluminista orientado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, governam três portugueses da família Cunha Meneses, subsequentemente: Luís da Cunha Meneses, de 1778 a 1783; Tristão da Cunha Meneses, de 1783 a 1800 e João Manuel de Meneses, de 1800 a 1802. A Figura 19 apresenta uma linha do tempo que situa as principais fases, de acordo com as influências e características que as marcaram na evolução urbana de Goiás.



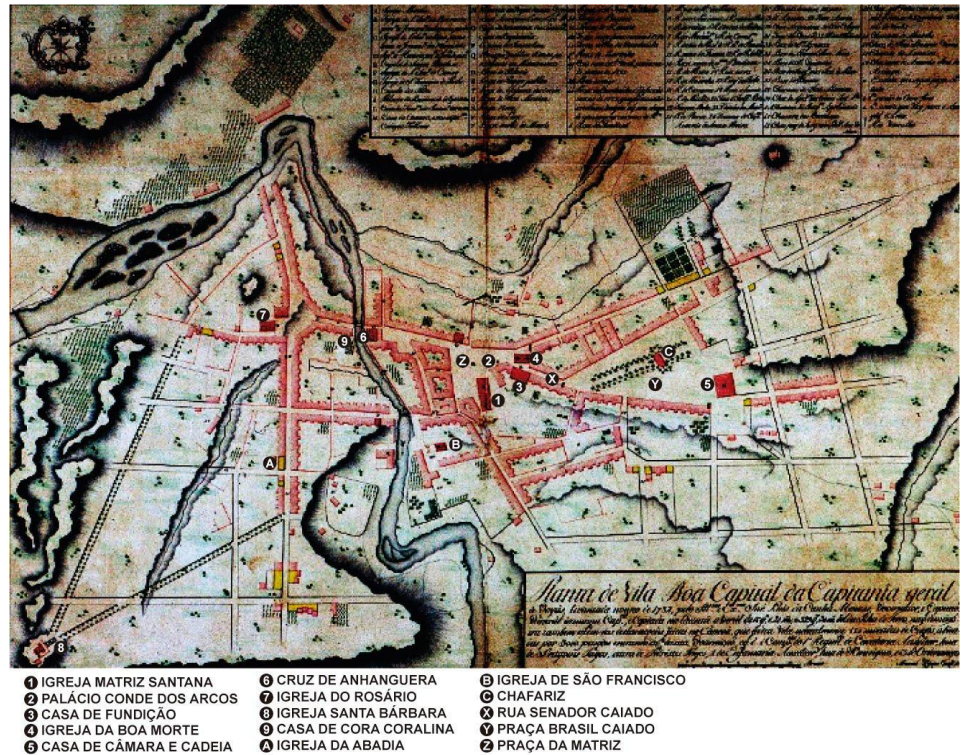
**Figura 19 – Linha do tempo que apresenta os principais marcos da evolução urbana de Goiás**

Fonte: Autores.

O primeiro, Luís da Cunha Meneses, foi o de maior representatividade quanto às intervenções urbanas na Cidade de Goiás (PEREIRA, 2015). Foi ele que elaborou o Plano Diretor de Goiás a fim de evitar “[...] a mesma irregularidade... com que os fundadores da Capital haviam construído os prédios, estragados pela falta de alinhamento” (Plano Diretor de Meneses *apud* Delson, 1997 [1979], p. 31).

A Figura 20 apresenta a planta básica de Vila Boa em 1782, com destaque ao centro, em formato irregular, contendo a Igreja Matriz, e a rua que liga à Praça Brasil Caiado (Rua Senador Caiado), contendo a Casa de Câmara e Cadeia. Em vermelho escuro estão as principais edificações públicas, e em vermelho claro, as edificações existentes. Observa-se a projeção de expansão das ruas, em traçado retilíneo, porém não em grelha, nas periferias da mancha urbana, uma expressão do urbanismo português da época, numa linguagem que se assemelha a que se estabeleceu em Mariana, MG. Destaque aos eixos que intentavam ligar a malha existente diretamente à Igreja de Santa Bárbara (canto inferior esquerdo / n. 8 na legenda), ambos

foram implantados, porém com o erro de não terem a Igreja de Santa Bárbara exatamente ao centro.



**Figura 20 – Mapa de Vila Boa, de 1782, elaborado por Manuel Ribeiro Guimarães [legenda inserida pelos autores]**

Fonte: (REDE MEMÓRIA, 2016), adaptado.

Cabe apontar que a aplicação desses modelos do séc. XVIII não é fechada em si, e nem mesmo havia, pelo menos em essência, uma regra clara ou um pressuposto a ser seguido. O fato é que Portugal, em sua expansão imperial desde o séc. XV teve que fundar inúmeras povoações, em vários ambientes, e nesse processo, primeiramente prevaleceu a cultura portuguesa, ou, seus próprios referenciais, como pontua Reis Filho, descrevendo que os lotes urbanos com casas de frente para a rua do período colonial remontam às cidades medievo-renascentistas da Europa (REIS FILHO, 2000a, p. 16), mas que na medida em que as práticas de Salvador e de Angra dos Reis são empreendidas, dentre outras, com os novos

conhecimentos os arquitetos passam a aplicar soluções urbanas apreendidas no Brasil mesmo em Funchal (Ilha da Madeira), e, influenciam, inclusive, em intervenções na própria metrópole já no séc. XVIII (Teixeira, 2011).

É um lapso temporal de mais de 250 anos, e muitas experiências urbanas em vários continentes, além de uma mudança de pensamento que passa no séc. XVIII a ter influência absolutista e iluminista. Nessa toada, quando se chega a Goiás, com certo atraso por ser interior do Brasil, devido em parte ao isolamento, é que Vila Boa vai se formando como mais um retrato desse processo português, de adaptação, aprendizado e novas influências e diretrizes.

Em Vila Boa de Goiás, na malha urbana, fica clara a marca de cada tempo, ainda que com descaracterizações e perdas. O agrupamento inicial, às margens do Rio Vermelho, feito por Anhanguera II (Bartolomeu Bueno da Silva, o filho), ainda contém características de um povoamento bandeirante, cujas principais marcas são a sinuosidade, o alinhamento das edificações ao caminho, os pequenos largos, e não um caminho retificado; a proximidade com o local de extração do Ouro.

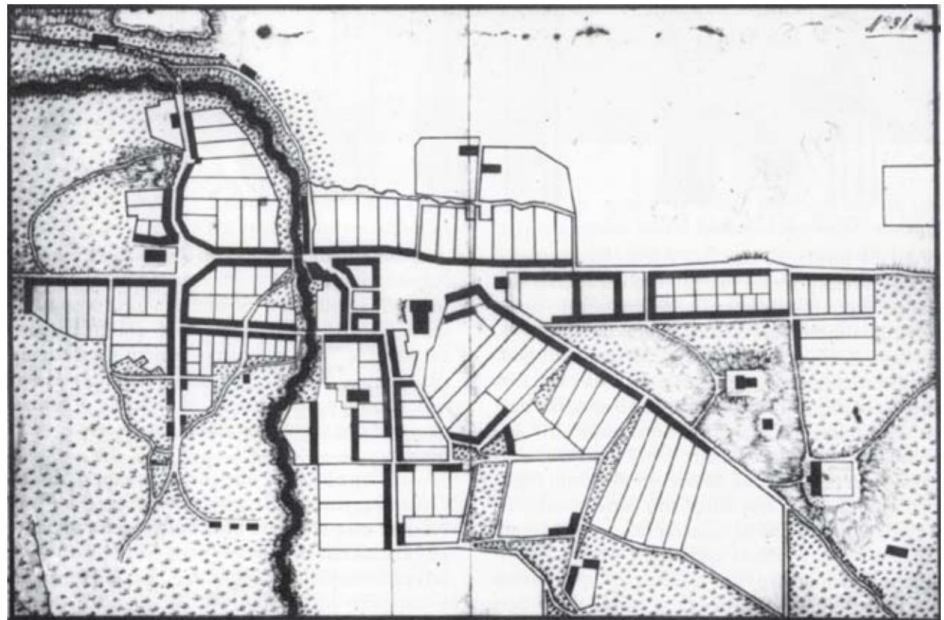
Já quando da elevação à Vila Boa (1739), ainda que o Conde D'Alva não tenha tido o cuidado, ou, quiçá, face às dificuldades que encontrou na elevação do povoado à Vila, deu apenas principal atenção às edificações públicas, mesmo assim, não configurando em absoluto uma praça ou um conjunto mais retilíneo como já se fazia nessa época, como por exemplo, foi feito em Icó, no Ceará e em Mariana, em Minas Gerais.

Mesmo com a elevação à cidade (1748), com a criação da Capitania, prevaleceram em grande parte a manutenção dos traçados já consolidados, ainda que com poucas ruas. Na cidade incipiente a utilização das edificações existentes – como por exemplo no Palácio Conde dos Arcos, que foi a unificação de algumas residências, e não a construção de uma nova –, destinada a ser o



palácio do Governante, é um retrato da solução por adaptação das premissas intencionadas face à realidade encontrada.

Conforme apresentado, em 1782 foi feito um levantamento das edificações existentes, e a tentativa de “corrigir” o traçado das poucas vias, tornando-o mais retilíneo e com destaque à previsão de expansão urbana, como ilustrado na Figura 20. A intenção de realinhar, ou, na verdade, aperfeiçoar o alinhamento, é também atestada por outro mapa, Figura 21, com proposta de realinhamento da cidade. Percebe-se, porém, que a estrutura permanece a mesma, e que na verdade há um desejo de retificar as vias, que aparece no mapa, fato que, como se sabe, não se consolidou na totalidade. Fica, contudo, a intenção urbana designada para a época.



**Figura 21 – Proposta de realinhamento do tecido urbano de Goiás (1782)**

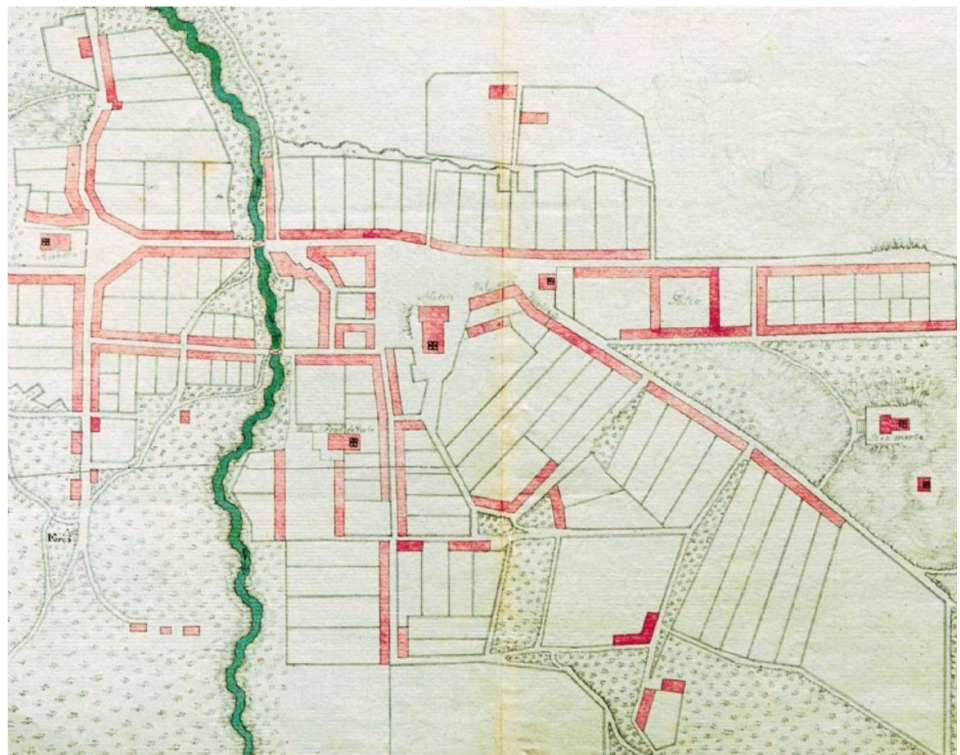
Fonte: Reis Filho *apud* Boaventura (2007).

À semelhança do que ocorreu em outras vilas coloniais, por exemplo em Icó, os planos de direcionamento, ordenamento e expansão urbanos não se concretizaram nem mesmo em relação a

elementos fundamentais. Desde a definição da instalação da Casa de Câmara e Cadeia, quando da criação da Vila Boa, era objetivo a consolidação da cidade ao sul do Rio Vermelho, de modo que a praça do Chafariz (Brasil Caiado), que apesar da forma triangular incomum, remete à ideia da *Plaza Mayor*, se tornasse o centro efetivo da ocupação. Um retrato das leis de Filipe II, que perpassaram até o final do séc. XVIII, no fim, impulsionadas pelo Iluminismo.

Entretanto, a população mais pobre sempre ocupou a margem norte do Rio, inclusive tendo a Igreja do Rosário como seu local de adoração. Assim, a cidade sempre se manteve nas proximidades do Rio Vermelho, enfraquecendo os intentos do plano.

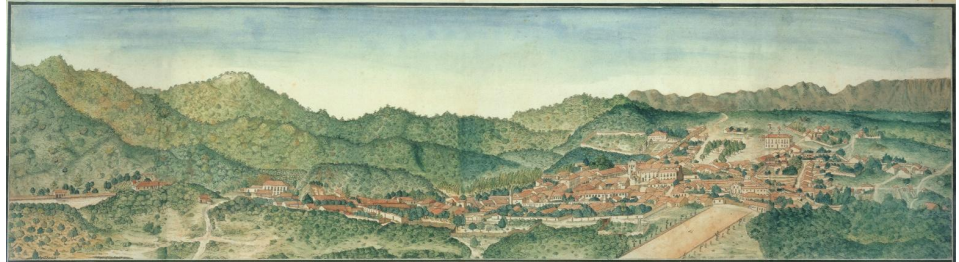
A Figura 22 apresenta o mapa da cidade no final do séc. XVIII, e nem se dá ao trabalho de contemplar toda a praça da Casa de Câmara e Cadeia, pois não era consolidada. As ruas adjacentes aos largos das Igrejas do Rosário e da Matriz, por outro lado, se desenvolveram com maior intensidade.



**Figura 22 – Mapa da Cidade de Goiás, por volta de 1790**

Fonte: 'Prospectos De Cidades, Villas, Povoações, Fortalezas, e Edifícios, Rios, e Cachoeiras Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, e Cuyabá. Originaes', vol. 2º *apud* SUDOESTESP (2019).

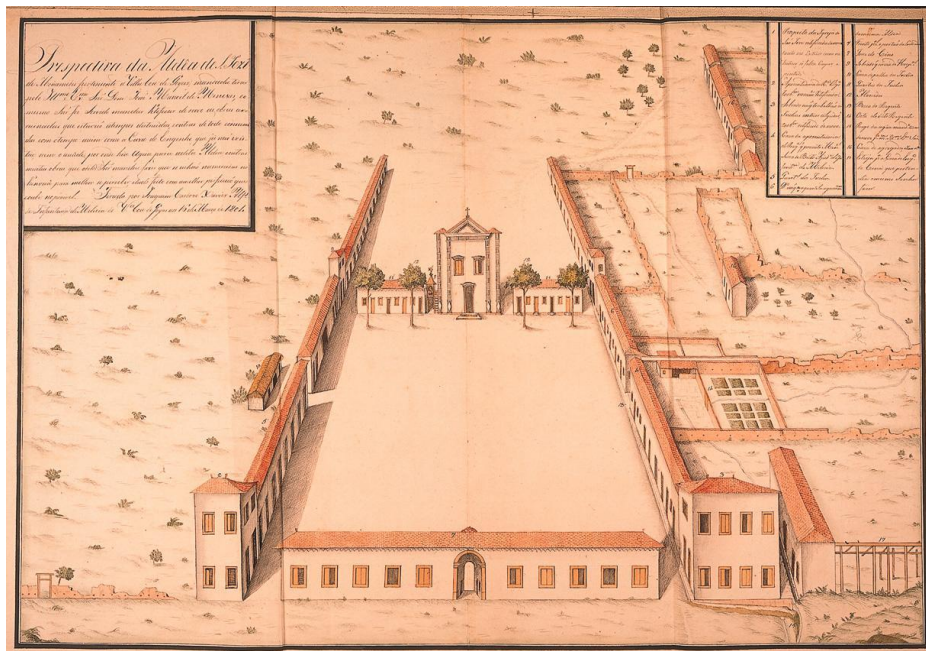
Também retrata esse adensamento ao norte do Rio Vermelho, e a ainda não consolidação da Praça Brasil Caiado o quadro de Joaquim Xavier Cardoso, Figura 23.



**Figura 23 – “Perspectiva de Villa boa de Goyas mandado tirar pelo Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Don João Manoel de Menezes”, 1803. Autor: Joaquim Cardoso Xavier**

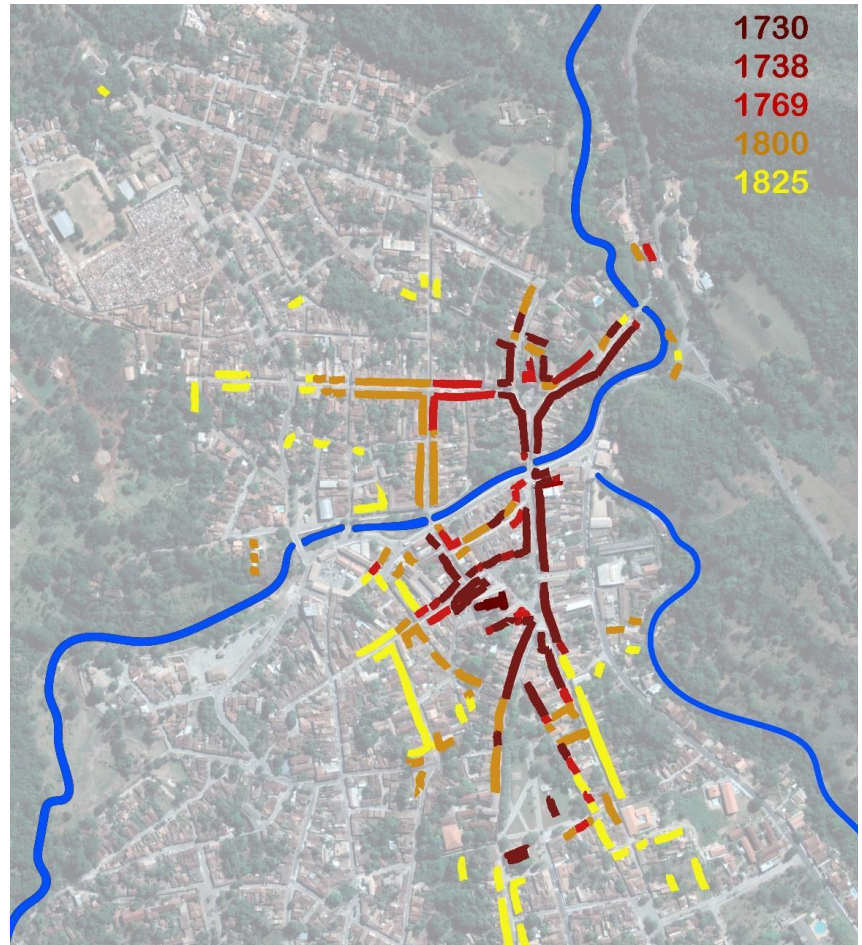
Fonte: Original manuscrito da Biblioteca Municipal Mario de Andrade *apud* Reis (2000).

Recuperando a ideia do início do séc. XVIII de reduzir as populações, há uma clara coligação manifesta pela era pombalina tanto nas ampliações previstas para Goiás a partir de 1782, quanto nas vilas fundadas sob a intenção de serem reduções. A Aldeia de São José de Mossâmedes – então pertencente aos termos da Cidade de Goiás –, fundada na administração de Luís da Cunha Meneses, apresenta a ortogonalidade e a escala (de uma *plaza mayor*) tipicamente espanholas (FIGURA 24). Percebe-se a influência espanhola tanto na geometrização rígida quanto no propósito das reduções em si. A rigidez e a racionalidade de ocupação guiaram as planificações urbanas em Goiás nesse período.



**Figura 24 – “Perspectiva da Aldêa de S. Jozé de Mossâmedes, pertencente à Villa Boa de Goyaz”, 1801, Autor João Cardozo Xavier**  
Fonte: Biblioteca Municipal Mario de Andrade, São Paulo, *apud* Reis (2000).

Para melhor apresentar a evolução histórica da malha urbana da cidade, foi elaborado um mapa com a expansão em cada época do século XVIII, contendo de maneira simplificada as edificações à medida em que eram construídas (FIGURA 25).



**Figura 25 – Expansão urbana de Vila Boa (Cidade de Goiás)**

Fonte: Autores, a partir de dados do IPHAN (2006).

Na Figura 25, é possível notar que desde o início da ocupação, na década de 1730, o principal eixo de concentração foi a ligação entre o Largo da Igreja da Matriz ao Largo da Igreja do Rosário.

Com efeito, esse é um dos principais pontos notáveis da paisagem de Goiás, que no meio desse trecho contempla a Cruz do Anhanguera e a primeira ponte sobre o Rio Vermelho, além da casa da poetisa Cora Coralina (FIGURA 26).



**Figura 26 – Percurso da Praça da Matriz em direção à Igreja do Rosário. Na primeira foto (superior esquerda), vista da Igreja do Rosário a partir da Praça da Matriz. Em sentido horário, na segunda foto: vista da Cruz de Anhanguera (réplica) com a Igreja do Rosário ao fundo. Já na terceira foto, a Cruz de Anhanguera em primeiro plano com a casa da poetisa Cora Coralina nos fundos; e na última, a partir da Igreja do Rosário, a visada oposta: tendo a Igreja da Boa Morte ao fundo**

Fonte: Autores.

Importante destacar que justamente essa ocupação é a que se desenvolveu a partir da espontaneidade bandeirante, isto é, com o caminho serpenteante, e as edificações se amoldando a ele. Porém, há uma certa retificação. As quadras mais próximas dessa área mais antiga também não seguem aparente ordem geométrica, tendo um desenho que se assemelha à uma estrutura medieval. Já nas áreas mais afastadas, próximo à Praça Brasil Caiado e também nas ruas adjacentes à Igreja do Rosário, o traçado geométrico ganha força, sobretudo a partir de 1770. De todo modo, não chega a se implantar na plenitude, e são algumas poucas quadras que se configuram nesse formato.

Um fato notável e presente mesmo em Goiás, é que “[...] a cidade portuguesa é diferente em cada momento histórico. Apesar disso, são perceptíveis elos de continuidade que articulam diferentes formas e concepções de cidade, e em que é possível reconhecer um fundo de permanência ao longo do tempo” (TEIXEIRA, 2000, p. 151). O autor ainda aponta que, em sua visão, o urbanismo é composto por dois componentes: o vernáculo e o erudito. Explica que o primeiro diz respeito às condições físicas do local, aos materiais disponíveis, e o segundo diz respeito às referências intelectuais e às concepções teóricas. Ambos estão sempre presentes, mas quando o primeiro é o estruturante, as ruas, seguindo à topografia, condicionam o traçado e as edificações são a elas assentadas. Por outro lado, quando o componente erudito é estruturante, o desenho geométrico prevalece, as ruas são alinhadas e as edificações formam um conjunto também geométrico. O espírito português, adaptável,

sempre buscou uma maneira de viabilizar a implantação de povoados,

Em todos os tempos, a cidade portuguesa é planeada e construída com o sítio, atendendo às suas características físicas e ambientais. [...] **A cidade portuguesa caracteriza-se pela síntese destas duas componentes [vernáculo e erudito], harmonizando inteligentemente essas duas formas de construir a cidade, constituindo esta a principal característica do urbanismo português.** (TEIXEIRA, 2000, p. 153) [grifo nosso].

Com o arrefecimento da atividade econômica pela extração do ouro já nos finais do séc. XVIII, a cidade praticamente se estagna até o começo do século XX, ainda que fosse a capital do Estado. A Figura 27 mostra a planta levantada por Cruls (1894), na recém-formada República, em sua famosa expedição pelo Brasil central com o objetivo de iniciar os estudos para a futura Nova Capital Federal. Ela contém alguns elementos da expansão da cidade com algumas ruas retilíneas, que são, porém, sem um rigor absoluto.





**Figura 27 – Planta da Cidade de Goiás (1894)**

Fonte: Cruls (1894), adaptado.

#### **4. Análise da forma urbana**

O colonial português no Brasil possui características muito similares em todo o território, com exceções pontuais, como São Luís, MA; a taipa, depois o adobe, com revestimento em reboco de cal e argila, as estruturas do telhado em madeira com telhas cerâmicas coloniais. Em Vila Boa, tais características, já dominadas

pelos bandeirantes para as primeiras construções foram no cerrado adaptadas, mantendo, porém, a mesma essência.

Tais adaptações foram em essência em função dos materiais disponíveis, ou da falta dos tradicionais. Exemplo são a impossibilidade da utilização de óleo de baleia para impermeabilizações de fundações, que foram substituídas por óleos de peixes específicos e, a utilização de madeiras de menor porte, pois no cerrado, ainda que haja, há bem menor quantidade de madeiras de lei de grande porte. A aroeira foi muito utilizada, porém em dimensões pequenas.

Tais condições, o conhecimento dos bandeirantes e a mão-de-obra disponível implicaram em construções modestas, simples, em que a relação conformada pelo conjunto é o que traz o maior significado. Mesmo a Igreja da Matriz (a maior construção da cidade), devido às dificuldades técnicas, nunca foi plenamente concluída, e teve reveses durante sua execução.

A arquitetura, dessa forma, se manifesta no colonial português, tendo poucos elementos barrocos, situados sobretudo na parte mais antiga, na localização do arraial, tradicionalmente reconhecido como o local em que ficava a casa de Anhanguera filho, com o maior exemplo na Igreja da Boa Morte. A implantação dessa igreja, com duas ruas às suas laterais, e o adro que se integra com a Praça da Matriz, associado à implantação do Palácio Conde dos Arcos, cria um espaço de movimento, de descobrimento, que a *promenade* permite perceber.

Num tecido bandeirante de alma medieval, criado a partir dos caminhos, esse pequeno trecho (FIGURA 28), que tem um conjunto único até mesmo com a visada à Igreja do Rosário (FIGURA 26), na margem norte do Rio Vermelho, retrata a expressão barroca, singela, modesta, goiana, em Vila Boa. O conjunto de pequenos largos, desde a Igreja da Boa Morte, o entorno imediato da Igreja da Matriz, o pequeno largo ao redor da Cruz do Anhanguera, e, por fim,

o Largo da Igreja do Rosário, em associação, criam um conjunto de praças que remete e muito às cidades medievais portuguesas.



**Figura 28 - À esquerda, vista da Igreja da Boa Morte, com a Rua Senador Caiado à direita, o limite do Palácio Conde dos Arcos; à direita, Vista da Praça da Matriz, com as volutas da Igreja da Boa Morte aparecendo no fundo ao lado esquerdo. Esta praça será apresentada com maior fidelidade aos intentos arquitetônicos na Figura 32**

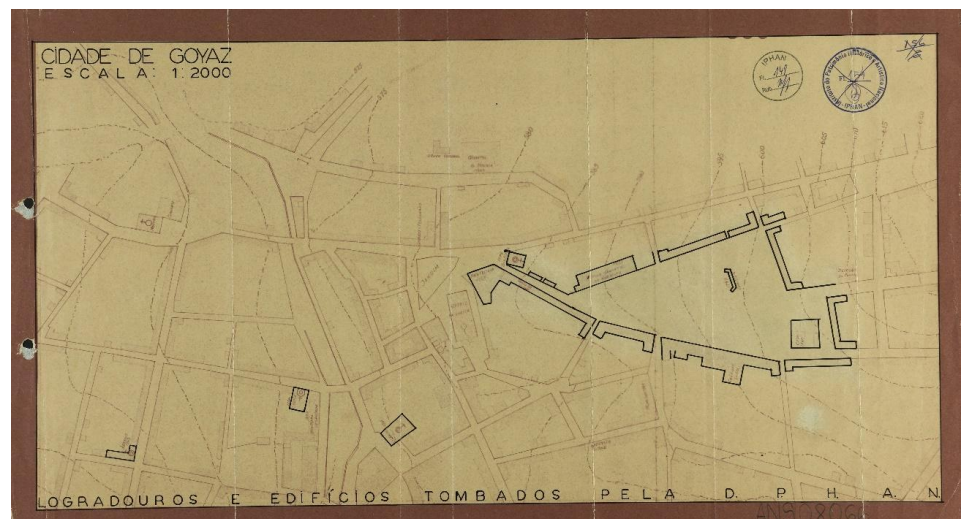
Fonte: Autores.

Por outro lado, o desenho, a escala e a implantação da Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Brasil Caiado, possuem características posteriores e, com efeito, retratam um outro tempo. A Casa de Câmara e Cadeia foi construída quando da fundação da Vila, porém, o espaço é de um tempo posterior, na sua concepção, nos intentos espaciais.

A geometria da praça, triangular, o alinhamento mais rígido das edificações e a implantação da Casa da Câmara e Cadeia, na porção mais alta, que lhe confere imponência, conforma um espaço

de respeito e de formalidade. A construção do Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), na mesma praça, em formas barrocas, também reforça a monumentalidade desse espaço. Considerando-se que não havia árvores, a silhueta dos telhados, com a paisagem emoldurada pelo Morro da Cruz e pelo Morro Cantagalo configurariam um conjunto, idealizado, nos desígnios e propósitos da era pombalina, que, em certa medida, condiz com o que Kostof (1999 [1991]) chama de *the grand manner*.

Em função da dinâmica urbana, mesmo depois de findado o auge do ciclo do ouro em Goiás, que ocorreu por volta de 1790, a Praça Brasil Caiado só se consolidou no século XIX. Mesmo com esses percalços, quando do primeiro tombamento na Cidade de Goiás, por volta de 1940 (FIGURA 29), o recorte foi fechado à Praça Brasil Caiado, e à Rua Senador Caiado, até a Igreja da Boa Morte, sendo somente reconhecidos o Praça e a Igreja da Matriz até a Igreja do Rosário *a posteriori*, a despeito do seu valor estético e histórico.



**Figura 29 - Mapa de tombamento da cidade de Goiás, década de 1940**

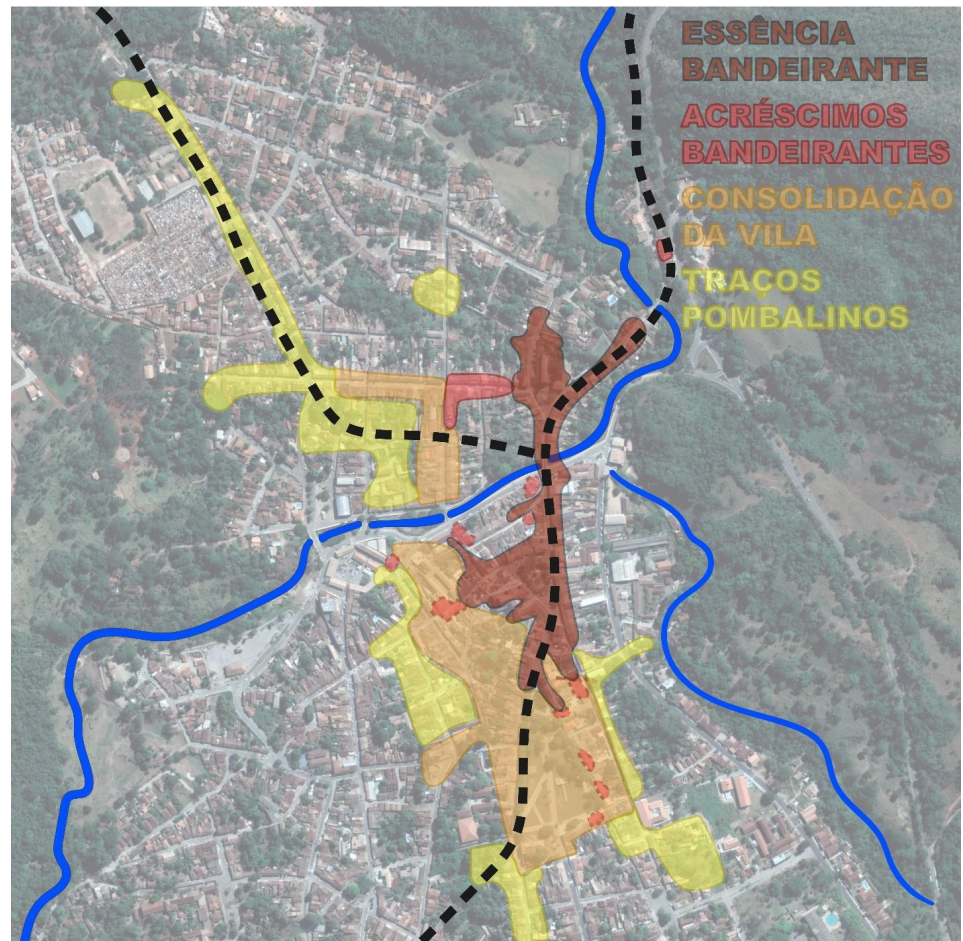
Fonte: IPHAN (2006).

A escala da Praça Brasil Caiado incorpora elementos da urbanística espanhola, através das leis de Filipe II e do modo mais

racional de planejamento, porém, o fato de ser triangular, considerando a topografia, inclinada, faz supor que se tratou de uma adaptação, que contemplava o caminho original, agora retificado na forma de Rua Direita (Rua Senador Caiado), e talvez já absorvendo algumas edificações pretéritas. Se foi essa a situação, mais uma vez a flexibilidade portuguesa e bandeirante adaptou um regramento escrito às circunstâncias encontradas. De todo modo, o fato de o tombamento ter sido iniciado por ela, retrata o valor da composição final, com exaltação da Casa de Câmara e Cadeia, no alto e criando um movimento particular na *promenade*, em função da planta triangular.

Somente em 1978 a área tombada foi ampliada contendo, inclusive, toda a extensão do arraial original. Talvez esse fato se deva justamente ao valor estético da praça, pois, ainda que do ponto de vista histórico a Casa de Câmara e Cadeia seja absolutamente relevante, não bastaria para justificar a delimitação somente à Praça Brasil Caiado, essa escolha sugere implicitamente, o fato de ser um conjunto estético mais valoroso, atualmente prejudicado pelo excesso de árvores, que não permitem mais a visualizar esta mesma percepção.

A Figura 30 apresenta uma síntese das principais fases de evolução da malha urbana no sentido das concepções urbanas aqui depreendidas, e sua estruturação sobre os caminhos dos bandeirantes.



**Figura 30 – Mapa com as principais etapas da evolução urbana de Goiás**

Fonte: Autores.

Ao centro, em destaque na época da fundação, os dois largos que se interligam, bipolares, tendo o caminho como dado, serpenteado, com as edificações feitas a partir dele, sem um alinhamento exato, que foi depois suavemente retificado. Foi aqui chamado “essência bandeirante”. A casa de Anhanguera filho localizada onde atualmente se encontra a Igreja da Boa Morte, faceando a Igreja do Rosário. No largo da Matriz, já se situavam as principais edificações, e algumas outras nas adjacências, na mesma lógica de disposição em função dos caminhos originais. É uma consolidação com características coloniais bandeirantes, cuja feitura

se assemelha a Ouro Preto. A cor vermelha indica pequenos acréscimos, da mesma época, ainda numa áurea bandeirante.

As fases posteriores, representadas nas cores alaranjado e amarelo, retratam já o momento no final do séc. XVIII, em que as ruas retilíneas, dentro das possibilidades, se consolidam, a Praça Brasil Caiado também assume sua forma atual. Foram aqui chamadas de “Consolidação da Vila” (alaranjado) e de “traços pombalinos”.

No tocante à arquitetura, às edificações, as técnicas, as diretrizes urbanas impuseram as condições para que a cidade colonial portuguesa se concretizasse. A pequena escala das residências, fruto inclusive dos materiais disponíveis, e o modo bandeirante de construir, de maneira singela e pragmática, têm no decorrer do tempo o elo que perpassa pelos séculos em Goiás. As construções com janelas no alinhamento, em modulação aproximada, em madeira; as paredes no alinhamento, com os beirais muito próximos; as portas de acesso, quase sempre uma única que atravessa a casa inteira; o quintal arborizado; as telhas cerâmicas; as casas rigorosamente geminadas; todas características que estiveram e estão presentes em muitas das edificações, inclusive quanto à ausência de forro, estão por toda a parte, ora por força das ordenanças e leis, ora pela cultura de construir incorporada pelos vilaboenses.

Mesmo no início do século XX, várias dessas características permaneceram, significando um elemento que passou a ser incorporado pela cultura, que de fato, teve seu reconhecimento quando do teor do tombamento como Patrimônio Mundial, que incluiu a técnica construtiva da taipa de pilão, os padrões arquitetônicos que conformam o conjunto como parte da própria autenticidade de Goiás (UNESCO, 2001).

A Figura 31 apresenta prospectos da cidade no século XVIII, em que as pequenas casas, ainda não tão conformadas quanto conjunto, são edificadas nas proximidades da Igreja da Matriz. Os

telhados e as construções no alinhamento do caminho são evidentes. Esses prospectos também ilustram o maior adensamento no caminho principal, que ao norte ia em direção à Meia-ponte, e ao sul, a Cuiabá.

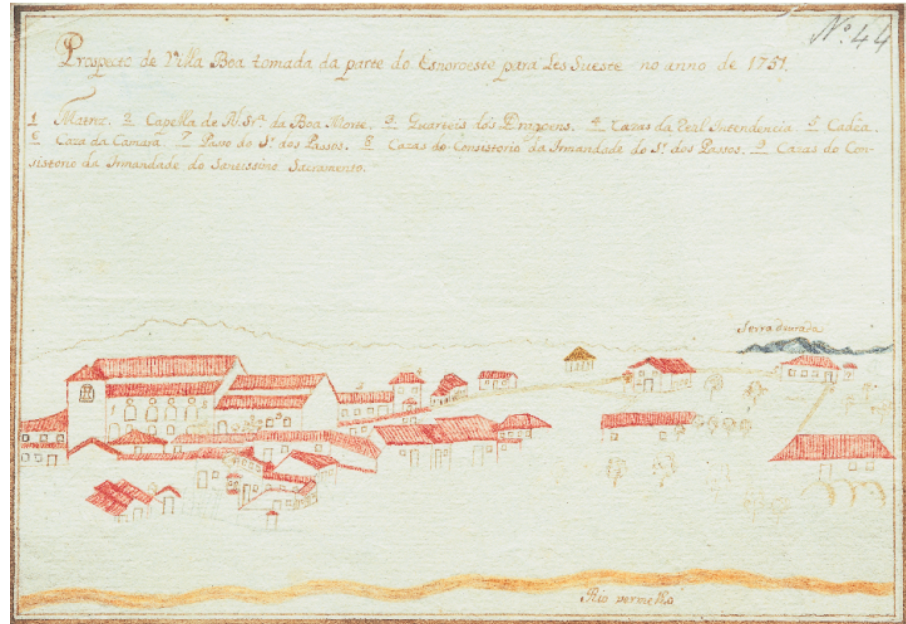
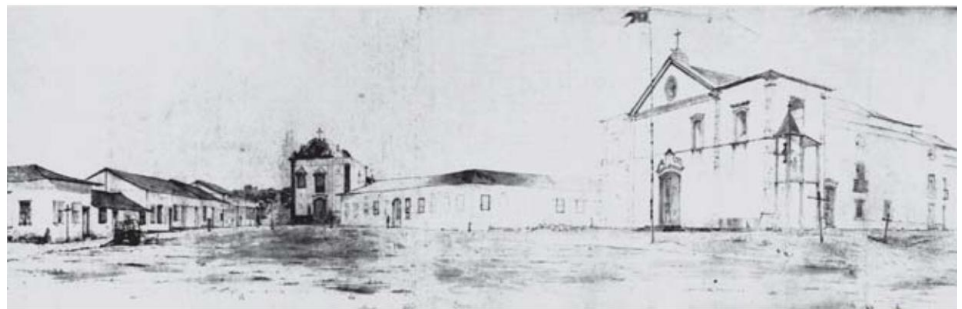


Figura 31 – Prospectos de Vila Boa de Goiás (1751)

Fonte: Casa da Ínsua *apud* Vieira Júnior (2015).



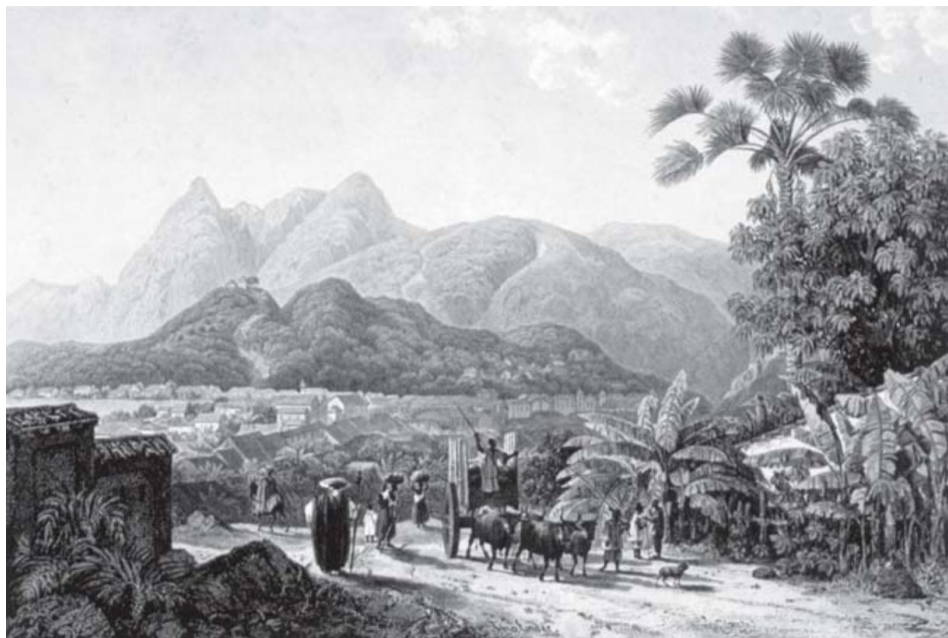
As edificações que estão fora ou afastadas do caminho são em pouco número. O largo da Matriz, observado no séc. XVIII (FIGURA 32) possui a dinâmica barroca de insinuar a Igreja da Boa Morte, sutilmente encoberta pelo Palácio dos Arcos. O desenhista (desconhecido), fez questão de registrar essa disposição, pois, se não quisesse, bastaria se deslocar um pouco à esquerda. Com efeito, a disposição sem o rigor geométrico do Largo e o jogo de volumes, fruto da implantação das Igrejas e do Palácio, com as edificações térreas fechando a composição, a despeito de toda a simplicidade e singeleza, criam uma atmosfera ímpar.



**Figura 32 - Vista do Largo da Matriz de Vila Boa de Goiás (1825). Ver contraste com a Figura 28**

Fonte: Ferrez *apud* Boaventura (2007).

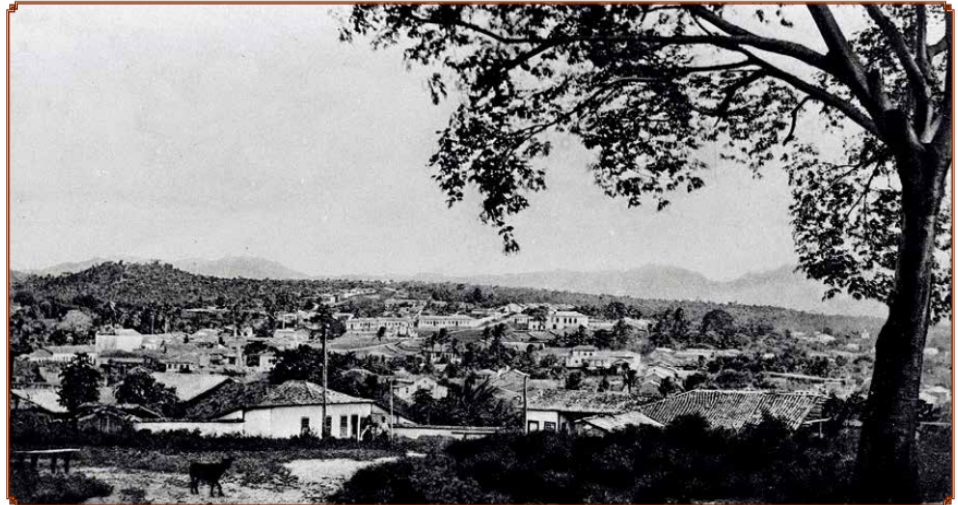
Na Figura 33, a pintura apresenta os morros supervalorizados, e já se destaca a Igreja de Santa Bárbara ao fundo, no cume de um morro. Forte é o caráter de horizontalidade da cidade, com construções baixas, situadas no vale de Rio Vermelho. Para o pintor, o destaque na paisagem era o entorno formado por morros em vegetação em contraste com a cidade no vale. Característica importante, que até hoje se faz presente, imprimindo os aspectos do bioma, tal qual era na época da sua fundação.



**Figura 33 – Vista de Vila Boa de Goiás no séc. XIX**

Fonte: Biblioteca Mário de Andrade São Paulo *apud* Boaventura (2007).

Na Figura 34, a foto apresenta uma vista da cidade de Goiás, provavelmente a partir da proximidade da Igreja da Santa Bárbara, voltada à Casa de Câmara e Cadeia, ao centro da imagem. A ausência de árvores na Praça Brasil Caiado aumenta o destaque da edificação, e também faz sobressair a topografia inclinada, que apresenta como esse edifício ocupava destaque nas vistas e mesmo em relação ao entorno.



**Figura 34 – Vista de Goiás a partir da Igreja Santa Bárbara (1893)**

Fonte: Acervo Público do DF *apud* Silva (2018).

Comparando ao levantamento e às diretrizes constantes no mapa de 1782, a utilização da topografia como atributo que traz destaque e dramaticidade às edificações principais é muito significativo. A Igreja da Santa Bárbara, ainda que afastada, está situada no cume dum morro, sendo visível praticamente da cidade toda (FIGURA 34). Um dos eixos do *trivium* insinuado (há apenas duas vias) dá em direção à Igreja da Matriz – que também estava em destaque na paisagem devido à sua escala, interligando visualmente as duas igrejas –, e por fim, a Casa de Câmara e Cadeia, situada no alto da Praça e com um imenso adro (a própria praça), também seria visível de muitos locais, estabelecendo, dessa forma, vários marcos significativos na paisagem.

Lamentavelmente, hoje, dada a quantidade e porte de árvores, poucas dessas visadas são claramente perceptíveis, e a Casa de Câmara e Cadeia, assim como a Igreja da Santa Bárbara, a depender do ângulo que se observe, ficam inteiramente encobertas pela vegetação. Perdeu-se, desse modo, características significativas das intenções espaciais e urbanas claramente previstas no Plano de Meneses e mesmo na implantação da Casa de Câmara e Cadeia.

## 5. Conclusão

O momento de fundação do arraial de Sant'Anna, junto à construção das primeiras edificações, tendo já ordenanças para que tivessem sido alinhadas, mostra, por um lado, a obstinação bandeirante em fazer dos caminhos o elemento estruturante das edificações, alinhadas a ele, o modo de ocupar e fazer bandeirante. Por outro lado, numa evolução da maneira portuguesa de fundar arraiais e vilas, Vila Boa incorpora elementos com o espírito das leis espanholas, que encontram reforço no iluminismo que chega ao sertão no final do séc. XVIII, com traços mais geométricos, racionais e retilíneos.

Boa parte das principais características intencionadas pelos idealizadores e construtores da cidade são os elementos que a fazem digna de ser patrimônio. Não foi por acaso. Entender esses elementos, a lógica de cada etapa e a potencialidade espacial e estética almejada corrobora na experiência espacial e fortalece o próprio bem, a Cidade como um todo.

Pontua-se, porém, que do ponto de vista do espaço arquitetônico, atualmente a ambiência da Praça da Matriz, da Praça Brasil Caiado e a contemplação da Igreja Santa Bárbara são enfraquecidos pela quantidade de vegetação disposta em volume e escala inadequados (i.e. Figura 21). Perde-se, assim, grande parte das intenções dos idealizadores desses ambientes, que conceberam um espaço de civismo, de respeito, e de harmonia arquitetônica, o que prejudica o conjunto enquanto patrimônio e enquanto experiência espacial, e, também, a paisagem urbana. Atualmente, a Igreja de Santa Bárbara está praticamente encoberta por árvores no seu entorno, a Praça da Matriz não permite enxergar as edificações que se encontram na face oposta, o que prejudica a própria percepção da praça como um todo. Seria oportuno que essas vegetações, pontualmente nesses locais notáveis fossem reconsideradas, sem

jamais prejudicar outras em locais adequados ao conforto urbano, à paisagem e ao bioma.

De todo modo, os dois largos bandeirantes que conformam um conjunto irrepreensivelmente preservado, são um espetáculo que encanta. A Praça Brasil Caiado, pelo seu porte, desenho e contendo um Chafariz barroco singular e imponente, e a Casa de Câmara e Cadeia, têm um ar de nobreza e de significado altivo bastante eloquentes. A Rua Senador Caiado que liga as duas praças, é um percurso valioso e uma imersão espacial singular. O conjunto urbano de Goiás mantém-se como baluarte da arquitetura e da cultura goianas, e um marco histórico para o Brasil.

## 6. Referências

BANDEIRA, J. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

BOAVENTURA, D. M. R. **Urbanização em Goiás no Século XVIII**. São Paulo: Tese do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, 2007.

COELHO, G. N. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa**. Goiânia: Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, 1997.

CRULS, L. **Atlas dos itinerários perfis longitudinais e da zona demarcada**. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1894.

DEBRET, J.-B. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Firmin Didot Frères, imprimeurs de l'Institut de France. ed. Paris: [s.n.], v. Tome troisième, 1839.

DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII**. Brasília: Alva-CIORD, 1997 [1979]. ISBN ISBN 85-86774-02-2.

HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

HOUAISS, I. A. Houaiss eletrônico - **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. [S.l.]: Objetiva Ltda, 2009.

IPHAN. **Processo Nº 345-T-42 - tombamento da Cidade de Goiás**. [S.l.]: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

Disponível em:

<<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/34531?discover?rpp=10&etal=0&query=tombamento+goi%C3%A1s>>.

KOSTOF, S. **The city shaped**. Londres: Thames & Hudson Ltd, 1999 [1991].

NASCIMENTO, E. M. V. D. **Memória de Olinda**: história, psicanálise paixão e arte. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAIM, Z. M. V. Urbanidade nas reduções jesuíticas: a língua uniforme, o espaço geometrizado e o tempo perfeito. **Línguas e Letras**, v. 13 nº 25, 2012.

PEREIRA, A. R. D. Entre a lei e a realidade: a administração de Luís da Cunha Meneses da Capitania de Goiás (1778-1783). **Revista Mosaico**, v. 8, p. 19-27, 2015.

REDE MEMÓRIA. Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral de Goyas : levantada no ano de 1782, pelo Illmo. e Exmo. Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da mesma Capitania. **Rede Memória**, 2016. Disponível em: <<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301670>>. Acesso em: março 2020.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000a.

REIS, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. CD-ROM. ISSN 0101-4366. Rio de Janeiro: IHGB, 2000.

SILVA, E. M. D. A cartografia das duas comissões Cruls para a construção da nova capital no Planalto Central. In: SILVA, E. M. D.; JÚNIOR, W. V. **GOYAZ - Guia de Cartografia Histórica**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018. p. 271.

SUDOESTESP.

<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-goias/674/>. **Terezinha de Paulina**, 2019. Acesso em: março 2020.

UNESCO. **WHC Nomination Documentation**. [S.l.]: [s.n.]. 2001.

VIEIRA JÚNIOR, J. W. C. **Cartografia**. Brasília: Tese do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UnB, 2015.

## Resumo

O conjunto urbanístico do centro da cidade de Goiás (Vila Boa) tem sua história iniciada no séc. XVIII com a fundação do arraial, depois Vila e Cidade, e veio a se consolidar como Patrimônio Mundial em 2006, e até hoje é objeto de interesse da sociedade e dos pesquisadores. Através de pesquisa bibliográfica este estudo de caso descritivo aborda as principais características do urbanismo português no Brasil colônia que se manifestaram em Goiás. Trata da evolução urbana do centro cidade e das principais etapas da sua consolidação, com suas características mais relevantes, as influências e intenções arquitetônicas/urbanísticas e a espacialização no território, com algumas das limitações e imposições da realidade. As conclusões apontam que o centro da cidade retrata os períodos históricos de sua vida, e que foi conformado, grosso modo, em três fases: bandeirante, capital e uma de influência pombalina. Também se concluiu que algumas das intenções arquitetônicas/urbanísticas têm sutilmente se perdido no tempo, como por exemplo, no excesso de árvores em locais notáveis, que encobrem as visadas intencionadas nas ocupações originais, a despeito da zelosa preservação.

**Palavras-chave:** Cidade de Goiás; Morfologia Urbana; Patrimônio.

## Abstract

*The urban complex of the city center of Goiás (Vila Boa) has its history started in the 18<sup>th</sup> century with the foundation of the village, later vila and, then, city, and came to be consolidated as World Heritage in 2006, and until today it is an object of interest to society and researchers. Through bibliographic research, this descriptive case study addresses the main characteristics of Portuguese urbanism in colonial Brazil that were manifested in Goiás. It deals with the urban evolution of the city center and the main stages of its consolidation, with its pre-eminent characteristics, influences and architectural/urbanistic intentions and spatialization in the territory, with some of the limitations and impositions of reality. The conclusions point out that the center of the city portrays the historical periods of its life, and that it was made up, roughly, in three phases: Bandeirante, capital and one of*

pombalina influence. It was also concluded that some of the architectural/urbanistic intentions have been subtly lost in time, as for example, in the excess of trees in notable locations, which cover up the intended views in the original occupations, despite the zealous preservation.

**Keywords:** City of Goiás; Urban morphology; Heritage.

## Resumen

*El complejo urbano del centro de la ciudad de Goiás (Vila Boa) tiene su historia comenzada en el siglo XVIII con la fundación del campamento, más tarde Vila e Cidade, y llegó a consolidarse como Patrimonio Mundial en 2006, y hasta hoy es un objeto de interés para la sociedad y los investigadores. A través de la investigación bibliográfica, este estudio de caso descriptivo aborda las principales características del urbanismo portugués en el Brasil colonial que se manifestaron en Goiás y trata la evolución urbana del centro de la ciudad y las principales etapas de su consolidación, con sus características esenciales, influencias e intenciones arquitectónicas/urbanísticas y la espacialización en el territorio, con algunas de las limitaciones e imposiciones de la realidad. Las conclusiones señalan que el centro de la ciudad retrata los períodos históricos de su vida, y que se compone, aproximadamente, en tres fases: Bandeirante, capital y uno de influencia pombalina. También se concluyó que algunas de las intenciones arquitectónicas/urbanísticas se han perdido sutilmente en el tiempo, como por ejemplo, el exceso de árboles en lugares notables, que cubren los intencionados puntos de vista en las ocupaciones originales, a pesar de la celosa preservación.*

**Palabras clave:** Ciudad de Goiás; Morfología Urbana; Patrimonio.